

CONVERSA CAPITAL

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Pressão da banca aos contabilistas é real”

A Ordem dos Contabilistas Certificados enviou material ao Ministério Público que prova a pressão dos bancos para que as contas das empresas sejam alteradas. Esta é uma situação antiga, que já terá acontecido em casos como o do BES.

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvas@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) garante que as pressões feitas pelos bancos a estes profissionais, para que alterem dados contabilísticos ou mesmo para que falsifiquem contas, sempre existiu. Com a pandemia e a necessidade das empresas de acederem a linhas de crédito garantido pelo Estado, esta situação agravou-se, assegura Paula Franco, que tece duras críticas à atuação do Banco de Portugal (BdP) neste campo.

A OCC denunciou pressões da banca aos contabilistas para prestarem falsas declarações para que as empresas pudessem aceder aos apoios. Qual é o ponto de situação?

Enviámos os processos para o Ministério Público, que já nos devolveu algumas questões. E estamos a preparar as respostas para fundamentar mais. Estas situa-

ções não são de agora, já se passavam antes, só que passaram a ser muito mais recorrentes. E isso tem de parar, não é isso que se quer para o país, para as empresas e, muito menos, para os contabilistas. A banca tem de perceber que há determinadas regras que têm de ser cumpridas. Ou as empresas cumprem condições ou não cumprem. Não pode haver alteração de dados contabilísticos e falsificação de declarações, que ainda é mais grave.

Sobre este episódio, o BdP já veio afirmar que não detetou quaisquer pressões. Que avaliação faz à regulação bancária? É eficaz?

Não, não é, como é óbvio. Esta pressão existe, é real, sempre existiu. Não digo que seja com instruções superiores, tem a ver com gestores de conta e com objetivos, mas esta não é uma situação nova. É conhecida por todos. Não vamos ser hipócritas. Se o BdP não as conhece, devia averiguar, e não dizer que não conhece. Essa pressão existe, é testemunhada por milhares de contabilistas. Não é uma situação e não são situações isoladas. É recorrente, milhares de contabilistas sofrem esta pres-

são. Temos milhares de testemunhas para provar que é assim. Quero que o senhor governador do BdP prove o contrário.

Existiu essa pressão nas operações ruins que hoje são investigadas, nomeadamente no BES e na CGD?

É provável que sim. Temos de perceber que a contabilidade é importantíssima, quer para as empresas, quer para o país. E a fiabilidade das contas e da informação tem de estar acima de todas as influências e as pressões que existem internamente. O contabilista tem de garantir, acima de tudo, o interesse público da profissão. Porque é que muitas vezes, quando existem estes escândalos, como foi com o BES, se diz que a culpa é do contabilista e do auditor, quando, provavelmente, muitas das decisões não são dele? Porque o contabilista reflete essas operações nas contas. Se, por exemplo, o contabilista não alterar imparidades ou valores, ou não aplicar justo valor sem ter sustentabilidade, provavelmente, muitas dessas contas já estariam muito mais expostas e, por isso, é verdade que a culpa é do contabilista, é verdade que a culpa é do auditor e é verdade que a culpa é do representante da empresa. Os três envolvidos que têm de ser isentos nas decisões que tomam e que, muitas vezes, não são. A ética profissional é fundamental.

Quantos casos têm de contabilistas condenados por estas situações?

Não são muitos. Temos cerca de 71 mil membros, em que metade está a exercer a profissão. Portanto, trinta e tal mil. Destes casos mais graves, temos seis ou sete queixas que tiveram já resultados.

Durante o seu mandato? Durante o meu mandato.

E neste caso...

Há mais queixas de outro tipo de situações. O conselho jurisdicional é muito ativo. As queixas que chegam à Ordem são sempre averiguadas e muitas delas têm aplicação de sanções. Deste género de alteração de contas, casos mais graves, felizmente não são muitos, mas existem.

No caso das linhas de crédito, em que abriram processos disciplinares a 11 contabilistas, já há resultados?

Não, estão a ser averiguados. Agora, têm de ser questionadas as partes, isto é quase como um processo judicial. ■

Incumprimento do crédito por parte das empresas a disparar? “É provável”

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, antecipa uma subida significativa do incumprimento do crédito em 2021. Os apoios às empresas, defende, terão de ser prolongados.

Como avalia as medidas de apoio às empresas?

O Estado baseou as medidas para a sobrevivência das empresas em dois pontos. Os

apoios sociais e os créditos. Os apoios sociais funcionaram, tirando as questões burocráticas associadas. É claríssimo que, se não fosse o Estado social a exercer a sua função de ajuda direta às empresas, as empresas estariam numa situação muitíssimo pior. As linhas de financiamento não tiveram o mesmo efeito, não ajudaram as microempresas, não tiveram o efeito nem a ce-

“É recorrente, milhares de contabilistas sofrem esta pressão da banca.”

“Se o BdP não conhece estas situações, devia averiguar. Quero que o governador do BdP prove o contrário.”



PERFIL

A bastonária que já pensa no novo mandato

Paula Franco foi eleita bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) em 2018, para o quadriénio que termina no próximo ano, numa eleição que contou com quatro candidatos e que obrigou a uma segunda volta. Antiga assessora dos dois últimos bastonários da OCC, é contabilista, consultora fiscal e presidente executiva de uma empresa de consultoria fiscal e contabilidade. É licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa e especializou-se em fiscalidade pelo ISCTE. Com o primeiro mandato quase a terminar, o balanço é positivo e o objetivo que apresentou quando foi a eleições mantém-se: o de um projeto para oito anos. “A recandidatura é algo que ambiciono”, diz, reconhecendo que o trabalho “tem sido muito exigente”, mas “compensador”. Vê o “justo impedimento” – a justificação que permite isentar de coimas os contabilistas que não consigam cumprir as suas obrigações fiscais – como uma das maiores vitórias conseguidas no primeiro mandato.

leridade que deveriam ter.

As empresas não manifestaram interesse, ou os créditos não chegaram?

As empresas manifestaram interesse, mas a análise dos financiamentos foi muito lenta, acabou por não surtir efeitos na altura que se precisava. E muitos dos financiamentos foram recusados por as empresas não terem condições, porque não tinham resultados positivos de anos anteriores ou não se verificavam as quebras de faturação exigidas.

Ainda há duas linhas disponíveis. O processo melhorou?

Está mais célere, os empresários também já não estão a acreditar nele, o desespero para terem direito a estes financiamentos já não é tão grande, portanto, já há uma expectativa diferente.

Faz sentido que uma das principais medidas do Orçamento do Estado dirigida às empresas seja o lançamento de novas linhas de crédito?

Faz, porque as empresas estão com imensa dificuldade de tesouraria. Se têm moratórias por pagar, se têm novos créditos que vão acumular, se têm situações de dívidas a fornecedores que foram acumulando, não estarão em condições de fazer a retoma.

Vamos ter uma explosão de incumprimento de crédito?

É provável. Muitas empresas que recorreram ao crédito não se vão aguentar. Apesar de tudo, não haverá tanto incumprimento porque não foram atribuídos créditos a este tipo de empresas, mas muitas vão ficar pelo caminho.

Quando é que vamos assistir

a esse cenário?

As moratórias estão previstas acabar no final de 2021. A expectativa de terem de se prolongar os apoios à retoma é muito grande, embora só estejam previstos até ao final do ano. Mas vão, com certeza, ter de se prolongar. Sendo assim, diria que no último semestre de 2021. O ano de 2021 vai ser um ano muito preocupante do ponto de vista da reunião de todo este endividamento e da necessidade de as empresas retomarem.

Há capacidade para se prolongar ainda mais as moratórias ou isso vai criar um problema maior?

Depende da situação. As moratórias e os apoios são inevitáveis. Se as empresas fecharem, o incumprimento vai existir, vai haver insolvências, os trabalhadores vão ser despedidos. É este equilíbrio que o

Estado tem tentado fazer. Os países têm procurado soluções para injetar dinheiro na economia até que esta situação passe. Mas injetar dinheiro tem vantagens e desvantagens, como as dependências. Se calhar, muitas empresas que vão recorrer ao lay-off não precisam. Tem de haver uma grande cons-

ciência social. É preciso haver um equilíbrio muito grande, precisamente para que, quando chegar o momento e as empresas comecem a retomar, o Estado possa aliviar os apoios. Até lá, tem de manter estes apoios, porque, senão, as empresas fecham e também haverá consequências para o Estado. ■

“2021 vai ser um ano muito preocupante do ponto de vista do endividamento.”

“O Estado tem de manter os apoios, ou as empresas fecham e também haverá [custos] para o Estado.”



PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Os novos apoios têm chegado mais atempadamente”

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados considera que a redução da carga fiscal serviria de “motivação” às empresas. Já as medidas para a manutenção de emprego, diz, são “exageradas”.

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvass@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

O Orçamento do Estado (OE) para 2021 é “vazio” de medidas dirigidas às empresas, considera Paula Franco, que defende a redução temporária do IRC em 50%. Quanto à nova vaga de apoios às empresas, diz, já não se veem os atrasos na atribuição que se verificaram numa fase inicial.

Tem alertado para as alterações decorrentes das medidas anunciadas pelo Governo. Que impacto é que isso tem para os contabilistas?

Têm sido períodos muito difíceis. Desde março, saíram mais de 300 diplomas complexos, que têm de ser interpretados. Mas, sem o trabalho dos contabilistas, o dinheiro não chegava às empresas e as empresas não tinham sobrevivido. Trabalhámos muito em conjunto com a Segurança Social e fomos alertando para os problemas que existiam. Os primeiros processos tiveram imensos problemas, até que todo o sistema conseguisse absorver as informações.

Mantêm-se esses atrasos?

Já não tem havido os mesmos atrasos. Esta semana estavam a pagamento [os apoios a] todos os trabalhadores independentes que fizeram os pedidos retroativos com a nova lei. Para a semana, está previsto chegarem os apoios dos membros aos órgãos estatutários [gerentes e sócios-gerentes] dos últimos seis meses. Os novos apoios têm chegado de forma mais regular, mais atempadamente do que os primeiros. Mas temos de



estar muito atentos, para se evitar situações que não deixam que o dinheiro chegue às empresas.

Que situações são essas?
Dívidas [antigas à Segurança

Social ou ao Fisco] principalmente. E o sistema não ser tão célere quanto seria desejável.

As novas medidas do OE vão complicar essa gestão?

“É um OE muito vazio de medidas para as empresas.”

“As medidas [de manutenção do emprego] são exageradas. Ninguém pode prever o que vai acontecer daqui a três anos.”

O OE, para já, não tem muitas medidas. Não tem muitas medidas que apoiem as empresas. Tem medidas de apoio social, sim, mas é um OE muito vazio de medidas para as empresas. Todas as medidas têm sido muito baseadas na manutenção dos postos de trabalho. O que tem sobressaído em todos os apoios é que há um objetivo muito grande do Estado em manter postos de trabalho. Todas as medidas são criadas em função disto. Mas são necessárias medidas que vão mais além.

O OE deveria ter ido mais longe a nível fiscal?

Muito mais longe. Aliás, o OE suplementar, esse sim, trouxe al-

gumas medidas para as empresas. Trouxe um benefício fiscal fantástico, que espero que as empresas o aproveitem, aquelas que podem, que é o CFEI II [Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento], que é dos mais importantes que as empresas têm, neste momento, para pagar menos imposto no próximo ano, se comprarem equipamentos novos.

O OE tem medidas como as empresas terem de manter o nível de emprego para garantir apoios públicos, mas não traz, por exemplo, redução na TSU, que também poderia ajudar na criação de emprego. Como é que interpreta isso?

As medidas são exageradas. Percebo as medidas de manutenção dos postos de trabalho e percebo que, se há um apoio social, a contrapartida deve ser a manutenção de emprego. Mas é exagerado as medidas estarem todas a pensar nisso. Para usufruírem de benefícios fiscais, as empresas vão ter de manter os postos de trabalho durante três anos. Ninguém pode prever, neste momento, o que vai acontecer nos próximos três anos. Portanto, as empresas vão retrair-se, em vez de aproveitarem as medidas que têm.

Tem insistido na necessidade de reduzir a carga fiscal. Há margem para isso?

Há margem. O IRC é um imposto que não mantém a sustentabilidade do país. E, portanto, era um imposto em que se podia mexer. Era simpático dar esse sinal às empresas de que se estava a pensar nelas. Excepcionalmente, em 2021, uma redução de 50%, uma medida arrasadora, do ponto de vista positivo. Era uma medida que motivaria as empresas a quererem ter mais resultados. ■



PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Há licenciados em História a fiscalizar as contas do Estado”

A fiscalização das contas públicas não é “exigente”, afirma Paula Franco, que alerta mesmo para situações de “conflito” quando são os dirigentes intermédios de institutos públicos a responsabilizarem-se pelas contas.



RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvass@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, critica a falta de transparência nas contas públicas e alerta para a falta de fiscalização profissional das mesmas.

As contas públicas são transparentes?

Não. As contas públicas não me oferecem a transparência que deviam ter. E há uma realidade que a maior parte dos portugueses não conhece. Nas contas públicas, não são exigidos profissionais. Não há contabilistas certificados a responsabilizarem-se nos vários organismos públicos. Há uma figura de um contabilista público, que não é o contabilista certificado, ilegalmente, porque o

nosso estatuto prevê que quer a contabilidade pública quer a contabilidade privada sejam competências exclusivas dos contabilistas. E o Estado não está a respeitar essa competência exclusiva. Há advogados e licenciados em História a assinarem contas e a responsabilizarem-se por contas do Estado.

Nos institutos públicos?

Nos institutos públicos. A Ordem tem chamado a atenção para isto, muitos dos nossos governantes nem sequer sabem que assim é. Isto já é algo que vem de há muitos anos e criou carreiras. Mas não há dúvida de que contas públicas transparentes é o mais importante que podemos ter, são os nossos impostos, é a justificação de como se gasta o nosso dinheiro. Não há uma contabilidade analítica no Estado, uma contabilidade de custos para saber onde se gastou, o que é que se gastou e como. Isso tem de mudar.

Todos nós gostaríamos de saber para onde é que os nossos impostos vão em rigor. As contas públicas não têm aquilo que deveriam ter em termos de exigência.

Não têm certificação.

Não. Há o SNC-AP [Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas], o normativo contabilístico aprovado para mudar todo o sistema público, cuja implementação está sucessivamente a ser adiada. Temos de continuar a ser exigentes, a chamar a atenção de que não é forma de continuarem a atuar. É importante ter profissionais qualificados nas contas públicas, pelo bem de todos, pelo bem do país. Acima de tudo, é necessário implementar procedimentos de controlo e responsabilizar profissionais nestas áreas. Uma das questões que estão a causar alguma discussão é a atrasar este processo é que se quer que os dirigentes intermédios da função pública

se responsabilizem pela prática contabilística. Estes dirigentes intermédios têm uma função que, na minha opinião, é equivalente à de um empresário numa empresa. E um empresário numa empresa nunca pode ser responsável pela parte técnica.

Há um conflito?

Há um conflito. Por isso mesmo é que o contabilista certificado tem de ser responsável, nas contas públicas, pela parte técnica. Depois, tem de haver um dirigente intermédio responsável pela parte das decisões. E os dois, em conjunto, tal como nas empresas, é que vão assinar a responsabilidade daquilo que está vertido naquelas contas.

Isso não acontece de todo?

Não acontece de todo. Há já muitos contabilistas na função pública e, quando eles existem, normalmente, assumem estas funções. Mas é uma minoria. ■

Contabilistas querem mais intervenção nos fundos europeus

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) quer ver estes profissionais envolvidos em todo o processo de atribuição de fundos europeus, e não apenas na fase de reembolsos.

“Os contabilistas certificados têm de ser o garante da utilização dos fundos”, começa por dizer Paula Franco, em entrevista ao Negócios e à Antena 1. “O contabilista tem de ser a peça fundamental neste processo. Senão, vai haver muitos desvios, falta de justificação e de coerência nas despesas.”

Em causa está o facto de não haver uma obrigação para que sejam os contabilistas a garantir o cumprimento dos objetivos a que se propõem as empresas que acedem aos fundos. “Hoje, a atribuição dos fundos obriga à assinatura de um contabilista para o pedido de reembolso, mas não há intervenção direta do contabilista em todo o projeto. Aquilo que deve mudar é a obrigatoriedade da intervenção do contabilista certificado no processo todo, em que ele confirme que os valores previstos foram cumpridos”, detalha.

Para isso, é preciso que cada diploma associado à atribuição de fundos preveja o “custo do contabilista”.

Férias fiscais em 2021

Para o próximo ano, Paula Franco espera, também, que entrem em vigor as chamadas “férias fiscais”, uma proposta apresentada pelo PCP no âmbito do Orçamento do Estado para este ano, que foi aprovada mas que ainda não avançou.

“Esperamos que venham a consagrar-se, até ao final deste ano, as férias fiscais. Todos temos direito a não ser notificados durante as nossas férias, ou a não ter prazos durante um período de tempo, possivelmente durante o mês de agosto”, apontou. ■ RBR

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 2 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4362 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Teletrabalho só poderá ser recusado por escrito

CONHEÇA O DIPLOMA DO GOVERNO

As empresas que não queiram os empregados em casa terão de o comunicar e fundamentar por escrito. **Os trabalhadores** que discordem da decisão podem recorrer à ACT, que tem a palavra final.

ECONOMIA 14 e 15

CONVERSA CAPITAL **PAULA FRANCO**

“Pressão da banca aos contabilistas é real”

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados diz que “há licenciados em História a fiscalizar as contas do Estado”.

CONVERSA CAPITAL 4 a 8



Pandemia

Segunda vaga afunda bolsas mundiais

MERCADOS 24 e 25

Eições nos EUA

E se Trump ganhar nas urnas mas perder com voto por correio?



Participação eleitoral deverá disparar face ao escrutínio de há quatro anos.

ECONOMIA 12 e 13

investidor privado

A proteção que oferecem os seguros de saúde mais em conta

151 mil independentes passaram a descontar para a Segurança Social

ECONOMIA 10 e 11

Eleven lança novo modelo de subscrição

EMPRESAS 20

TAP decide reestruturação no meio de cortes brutais na aviação

EMPRESAS 16 e 17